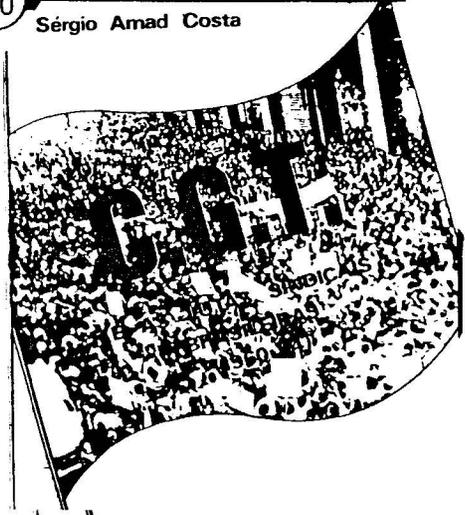


RESENHA

O
C.G.T.E AS LUTAS SINDICAIS
BRASILEIRAS
(1960-64)

"O CGT e as Lutas Sindicais Brasileiras (1960 - 64)" é resultado de pesquisas que Sérgio Amad Costa vem desenvolvendo sobre o movimento do perário brasileiro, desde que iniciou seus estudos universitários.

A idéia de sua elaboração surgiu quando o autor se voltou para a História das lutas sindicais - que ocorreram nos primeiros anos da década de 60 - e verificou a inexistência de trabalhos que versassem exclusivamente sobre o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores).

Para a concretização do ineditismo da tarefa, passou a consultar vários arquivos e bibliotecas nos quais teve a oportunidade de examinar os principais jornais da grande imprensa, periódicos sindicais, revistas e livros especializados, que propiciaram subsídios imprescindíveis para uma melhor compreensão do movimento sindical brasileiro e do CGT, no início dos anos 60. Na parte introdutória do seu trabalho, o autor salienta que "além de recorrer a esses materiais, utilizei, como objeto de estudo, livros que examinam de modo preponderante o assunto e que facilitaram o entendimento de muitos dos documentos que tive em mãos", esquecendo-se de mencionar, contudo, o tipo e o local desta documentação, deixando, assim, insatisfeita a curiosidade do leitor. Este pequeno senão naturalmente, não invalida a seriedade da pesquisa do jovem estudioso, que nela teve a mesma felicidade dos versos de Bertold Brecht - apropriadamente inseridos na folha de rosto do livro:

"Do rio que tudo arrasta
Se diz que é violento
Mas ninguém diz violentas
As margens que o comprimem"

Dividido em quatro partes, o livro procura mostrar a História do Comando Geral dos Trabalhadores e as lutas sindicais brasileiras nos anos 1960-64, apresentando o comportamento das classes trabalhadoras, em suas aspirações fundamentais, frente aos problemas das Sociedades Civil e Política naquele momento histórico.

A primeira parte, "Observações sobre o sindicalismo brasileiro", apresenta, dentro de um quadro geral, o desenvolvimento do sindicalismo no Brasil, ressaltando o seu surgimento, a estrutura sindical oficial e as organizações horizontais que precederam o CGT. De forma objetiva, focaliza-se a influência dos anarquistas sobre a nascente classe operária brasileira, no início do nosso século, através de trabalhadores oriundos de países cuja economia era baseada na pequena empresa e onde florescia as idéias de Proudhon, Bakunin e Kropotkin, bem como o processo de redução das organizações anarquistas com a ascendência dos comunistas junto ao movimento operário.

A estrutura sindical oficial vigente no Brasil não é recente, tendo suas origens no Decreto nº 19.770, de março de 1931, conhecido como "Lei de Sindicalização", imposto pelo governo Vargas às organizações de trabalhadores e que teve o caráter desmobilizador frente ao avanço do movimento operário.

A "Lei de Sindicalização", lembra Sérgio Amad Costa, "gerou as bases necessárias para a instauração da estrutura sindical vertical e subordinação ao Estado, consolidada, em 1939, com a instituição do Enquadramento Sindical, mediante a promulgação do Decreto-Lei nº 1.402, que passou a exigir, para o reconhecimento de uma categoria, a aprovação prévia por uma Comissão de Enquadramento Sindical, diretamente vinculada ao Ministério do Trabalho. Ainda naquele mesmo ano, foi criado o imposto sindical - hoje denominado Contribuição Sindical - que é o recolhimento compulsório pelo assalariado do equivalente a um dia de trabalho por ano (...). A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), promulgada por Getúlio Vargas, em 19 de maio de 1943, concretizou a sistematização desta legislação social que veio sendo criada desde 1930" (p. 23).

Até nossos dias, no fundamental, essa legislação em nada foi alterada, mantendo o caráter corporativista herdado do Estado Novo, coibindo legalmente a formação de organizações sindicais autônomas e horizontais, como a Central Sindical.

Apesar de toda a rigidez desta legislação específica, como podemos verificar na atraente leitura deste livro, a classe trabalhadora procurou pôr fim à estrutura sindical vertical, principalmente no pós-Estado Novo, com o surgimento, durante os anos 1945-64, de várias organizações autônomas e horizontais, que representavam as bases dos sindicatos.

As primeiras destas organizações foram o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), criado em 1945, e a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil, formada em 1946, ambas vetadas pelo governo Dutra, em 1947. Na década de cinquenta, constituíram-se vários Pactos de Unidade Inter-Sindical, que atuaram em diversas regiões do País.

Mas é no início dos anos 60 que se forma o Comando Geral dos Trabalhadores, aglutinando durante seu curto período de existência, cinco das seis confederações então existentes.

Na segunda parte de "O CGT e as Lutas Sindicais Brasileiras (60-64)",

é abordada a formação do Comando Geral dos Trabalhadores, abrangendo desde o III Congresso Sindical Nacional (agosto de 1960), até o IV Encontro Sindical Nacional (agosto de 1962), quando se dá a constituição "oficial" do CGT.

O IV Encontro Sindical Nacional realizado em São Paulo, nos dias 17, 18 e 19 de agosto de 1962, contou com a presença de 574 entidades sindicais e 2.566 delegados credenciados de todos os Estados. Utilizando-se de dados extraídos da Revista de Estudos Sócio-Econômicos do DIEESE, Sérgio Amad Costa apresenta, com precisão, as entidades e o número de delegados sindicais de cada Estado que compareceram ao conclave

Como é explicado no trabalho, foi durante esse Encontro que os sindicalistas transformaram o Comando da Greve Geral da "crise do Gabinete" - ocorrida em 5 de julho daquele ano - no CGT. "Três Confederações participaram do Comando Geral dos Trabalhadores, desde sua formação "oficial" no IV Encontro Sindical Nacional: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos (CNTTMFA), e a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (CONTEC). Das federações participaram, entre outras, a dos Ferroviários e a Federação Nacional dos Arrumadores. Além disso, participou também a União dos Portuários Brasileiros (UPB)" (p. 46).

Todas essas entidades sindicais, lembra o autor, já neste momento estavam sob a direção de líderes da corrente "nacionalista". No ano de 1963, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres (CNTTT) e a Federação Nacional dos Jornalistas, vincularam-se ao CGT. "E, finalmente, logo após a sua criação, em fins de 1963, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) filiou-se também ao Comando Geral dos Trabalhadores" (p. 47).

Interessante é a abordagem, feita no livro, sobre a "ilegalidade do Comando Geral dos Trabalhadores", pois embora a Lei não tenha possivelmente litado a sua existência jurídica, o CGT atuou, de fato, como entidade máxima do movimento sindical brasileiro, aglutinando sindicatos, federações e confederações que eram organismos sindicais reconhecidos oficialmente pelo Governo Federal.

Na terceira parte, o livro apresenta um estudo sobre a atuação do Comando Geral dos Trabalhadores junto aos rurícolas brasileiros, focalizando as relações sociais no campo e os movimentos dos trabalhadores rurais.

Mediante o relato dos movimentos no universo rural, desde o Engenho Galiléia até a formação da CONTAG, o autor nos põe em contato com a atuação de Julião e as Ligas Camponesas; a influência da Igreja Católica, do PCB e da AP nos sindicatos rurais; e a ação do CGT nas lutas dos trabalhadores do campo.

A criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (a CONTAG), filiada ao CGT, é resultado, como demonstra o trabalho, de um processo de mobilização dos homens do campo, que já vinham se organizando, desde meados da década de 50, com a fundação da União dos La -

vradores e Trabalhadores Agrícolas Brasileiros (ULTAB) e a criação da primeira Liga Camponesa, em Pernambuco.

A última parte do livro trata das manifestações políticas integradas pelo CGT, desde a greve geral de 5 de julho de 1962, cujo comando fora o embrião do CGT, até os acontecimentos de março de 1964.

O autor nomeia como objetivo deste estudo, "oferecer à comunidade acadêmica, aos sindicalistas e aos trabalhadores em geral, a História de uma entidade que embora em nenhum momento tenha sido reconhecida oficialmente pelo governo, atuou, na prática, como órgão máximo do movimento sindical brasileiro, nos primeiros anos da década de 60".

O grande volume de informações, fundamentado em reflexões com base na bibliografia pesquisada por Sérgio Amad Costa - imprensa diária, imprensa sindical, revistas, livros e artigos - possivelmente, ainda mais se enriqueceria com o uso de informes orais e propriamente da documentação oral com base em entrevistas-documentos. A dispensa deste tipo de fonte nem por isto deixa de propiciar ao leitor uma perfeita compreensão dos acontecimentos que nortearam aquele momento histórico.

Lançado quase paralelamente à resolução de se fundar a Central Única dos Trabalhadores (CUT), "O CGT e as Lutas Sindicais Brasileiras (60-64)", de Sérgio Amad Costa, apresentado por Sérgio Buarque de Holanda, que o classifica de "admirável peça histórica", está sendo lançado pela Editora Grêmio Politécnico e distribuído pela Catavento Distribuidora de Livros LTDA.

Luciara Silveira de Aragão e Frota

"O CGT e as Lutas Sindicais Brasileiras (1960-64)", Editora do Grêmio Politécnico, 153 páginas.
